

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SISTEMA PÚBLICO BRASILEIRO: Educação inclusiva e as dificuldades enfrentadas nas Escolas Públicas.

INCLUSIVE EDUCATION IN THE BRAZILIAN PUBLIC SYSTEM: Inclusive education and the challenges faced in Public Schools.

Izabel Cristina F. de A. Souza¹

Franceliza Monteiro da Silva Dantas²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo expor as dificuldades enfrentadas nas escolas públicas, em buscar soluções para diminuir as desigualdades do ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. O processo de inclusão ao acesso de qualidade e igualdade é uma ideia preocupante em nosso país, onde, por muitas vezes, estudantes não são vistos, como se fossem invisíveis em nossa sociedade. Políticas públicas que não são suficientes para amenizar essas desigualdades, professores sem preparo e capacitação para escolher acolher esses alunos nas escolas, escolas sem estruturas adequadas para facilitar o acesso e a falta de um planejamento adaptado às reais necessidades de cada educando. Na educação pública, esses desafios são cada vez mais difíceis de serem solucionados. Infelizmente, a falta de investimentos e a aceitação das famílias, bem como a resistência em aceitar o grau de dificuldade, tornam-se obstáculos à busca por tratamento. A intervenção da família nesse processo pode fazer a diferença na vida das demais crianças. Quanto antes diagnosticada, a escola pode trabalhar de forma participativa, produzindo ganhos significativos na educação e mudando o protagonismo desses alunos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Pública, Desigualdades.

ABSTRACT

The present work aims to expose the difficulties faced in public schools in seeking solutions to reduce educational inequalities for students with disabilities, global developmental disorders, and high abilities/giftedness. The process of inclusion and access to quality and equality is a concerning issue in our country, where, very often, students are not seen — as if invisible in our society. Public policies are not sufficient to mitigate these inequalities; teachers lack the training and preparation to properly welcome these students into schools; schools lack adequate infrastructure to facilitate access; and there is a lack of planning adapted to the real needs of each student. In public education, these challenges are increasingly difficult to solve. Unfortunately, the lack of investment, family acceptance, and resistance to acknowledging the level of difficulty become barriers to seeking treatment. Family involvement in this process can make a difference in the lives of these children. The earlier the diagnosis, the more the school can work in a participatory way, producing significant gains in education and changing the role of these students.

Key words: Inclusive Education, Public Education, Inequalities

¹ Izabel Cristina F. de A. Souza – Graduada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Acaraú.

² Doutora em Estudos da Linguagem pela UFRN. Professora do PROFMAT/UFERSA. Tutora do NEaD/UFERSA do Curso de AEE.

1. INTRODUÇÃO

A educação, enquanto direito fundamental, está profundamente ligada às suas matrizes indígenas, africanas e europeias, compondo parte da história do Brasil marcada por um processo de roubo, mas também por uma busca constante por igualdade, equidade e garantia de direitos. Esses direitos já se encontram expressos em documentos como o Plano Nacional de Educação (PNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Nesse contexto, a escola assume um papel essencial na proteção e defesa dos Direitos Humanos, promovendo a formação de cidadãos críticos, autônomos e solidários, pautados em princípios éticos, políticos e estéticos.

A prática educativa deve combater toda forma de discriminação, promovendo ações que valorizem a diversidade e garantam a inclusão, sem distinção de gênero, raça, etnia ou classe social. É necessário proporcionar a todos, sem exceção, oportunidades de aprendizagem significativas, que respeitem as individualidades e contemplem um planejamento adaptado às demandas de cada aluno. A educação pública tem como finalidade assegurar igualdade e participação, sobretudo àqueles frequentemente esquecidos pela sociedade e negados do direito de acesso e permanência no sistema de ensino.

A mediação dos professores, aliada à parceria com a família, é fundamental no desenvolvimento dos alunos, possibilitando reflexões, novos conhecimentos e uma atuação cidadã. A escola deve enxergar cada educando como sujeito capaz, respeitando tempos e modos de aprender, e assumindo o compromisso com a aprendizagem, a permanência e o pleno desenvolvimento de todos. É urgente mudar o olhar sobre os novos instrumentos de ensino e os novos alunos que chegam à sala de aula, superando limitações e abrindo espaço para uma cultura de colaboração, inclusão e transformação.

A educação inclusiva na rede pública brasileira enfrenta diversos desafios, como a falta de preparo dos profissionais da educação, ausência de capacitação, escassez de recursos tecnológicos e estruturais nas escolas. Muitas instituições não possuem acessibilidade, salas de recursos multifuncionais, materiais didáticos adequados ou tecnologias assistivas, o que compromete a qualidade do ensino. Além disso, a resistência de algumas famílias em aceitar os diagnósticos e limitações dos educandos contribui para o desinteresse escolar, dificultando ainda mais o processo de inclusão. Esta pesquisa tem como objetivo buscar soluções que amenizem essas dificuldades, propondo ações como a capacitação dos profissionais, adaptações no ambiente escolar e a conscientização da comunidade. O preconceito e a discriminação enfrentados pelos alunos afetam sua autoestima e bem-estar, exigindo respostas urgentes por meio de políticas públicas eficientes, aplicação efetiva das leis e investimentos direcionados, como profissionais da Educação Especial e Inclusiva, tendo como objetivo colaborar com os educadores da rede

regular para construir um planejamento que contemple todos de forma significativa e participativa, envolvendo todos no contexto escolar.

O presente trabalho tem como objetivo apontar a ausência de um olhar mais sensível e diferenciado para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que enfrentam inúmeras dificuldades ao longo de sua trajetória escolar, especialmente em relação a questões estruturais, pedagógicas e sociais. Especificamente, busca-se analisar os principais desafios enfrentados pelas escolas públicas na efetivação da educação inclusiva, investigar a formação e o preparo dos profissionais da educação diante da diversidade e das necessidades desses alunos, bem como identificar as barreiras estruturais e pedagógicas existentes. Além disso, o estudo pretende averiguar como as políticas públicas voltadas à educação inclusiva estão sendo implementadas nas escolas da rede pública.

A presente pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, voltada à compreensão profunda de fenômenos sociais, educacionais e humanos, com base nas experiências, percepções e interpretações dos sujeitos envolvidos, sem se limitar ao uso de dados estatísticos. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva: exploratória por buscar novas ideias e hipóteses que expliquem as dificuldades da inclusão efetiva no sistema público de ensino, e descritiva para detalhar o fenômeno da educação inclusiva, analisando sua evolução e o funcionamento do atendimento educacional especializado (AEE). Os instrumentos de coleta de dados incluem entrevistas semiestruturadas com profissionais da escola e familiares de alunos com necessidades específicas, observação do participante ou visitas às escolas públicas para análise do cotidiano escolar, e análise documental de leis, diretrizes, pareceres, PPP e registros escolares, a fim de verificar como a inclusão está prevista e aplicada na prática.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Declaração de Salamanca, em 1994, estabelece princípios, políticas e práticas para a Educação Inclusiva de forma a atender a todos os educandos de forma integrada com ensino regular, promovendo uma igualdade de oportunidades a todos que necessitam de acolhimento, diante de suas limitações, dificuldades e falta de oportunidades, ao qual possui direitos e garantias, abrangendo não apenas aqueles com alguma deficiência, e sim contemplando a todos, em defesa de um direito ao qual os alunos estejam juntos, aprendendo e participando sem nenhuma distinção.

2.1 Concepções e Evolução da Educação Inclusiva

Há muito tempo se ouve falar sobre integrar esses estudantes nas salas de aula, porém, não foi do dia para a noite que isso aconteceu, ou vem acontecendo. Antes da integração desses alunos, começou-se a pensar numa organização de escolas e classes especiais, nas quais esses estudantes eram enxergados como sujeitos que não poderiam participar e integrar o sistema de ensino. Afinal, a educação é um direito humano e está na Constituição como uma das garantias fundamentais.

Com isso, não podemos falar em inclusão se, nas nossas salas de aula, não existe o acolhimento necessário para atender nossos estudantes. Sabemos das dificuldades enfrentadas pelos educadores, por suas famílias e do descaso na infraestrutura das redes públicas de ensino.

Quando falamos em políticas nacionais de educação, isso nos remete a pensar em qual grupo podemos incluir, em relação à ideia de equidade, igualdade e participação, considerando a real circunstância histórica da produção da exclusão dentro e fora da escola. Afinal, é um direito de todos, não somente de alguns. A equidade se torna uma palavra muito forte na educação, diferente de igualdade: onde igualdade é tratar todos de forma igual, equidade é tratar igual quem está numa situação igual e tratar diferente quem está numa situação diferente.

Dentro do público da Educação Especial e Inclusiva, temos determinados alunos que não estão tendo acesso à educação. Observando o princípio da equidade, é necessário um olhar diferenciado a esses. Dar mais atenção a quem não está tendo essa igualdade de condições, dar apoio a quem precisa de mais, proporcionando oportunidades. É algo que precisa ser repensado, implicando em mudanças estruturais e organizacionais.

Para a maioria das crianças de classe pobre, o direito à educação se torna algo de difícil acesso. Muitas vezes, por falta de conhecimento de seus familiares sobre os direitos e garantias previstos em lei, esses estudantes ficam sem acesso à educação. Na primeira dificuldade enfrentada, seus familiares acabam desistindo e, simplesmente, esse direito não acontece.

Diante de tantas barreiras enfrentadas, a desistência desses estudantes é algo preocupante em nossa sociedade. Dentro desse grande grupo de excluídos, o número que mais chama atenção é o do sistema público de ensino, onde as dificuldades são mais visíveis. Essa lista de espera e desistências só aumenta a cada dia.

A falta de acessibilidade nas estruturas arquitetônicas das escolas, materiais não adaptados para um aprendizado significativo que possa contemplar a todos que precisam de adaptações, falta de capacitação de profissionais da educação para atender esse público específico, salas não adaptadas para fornecer o suporte necessário (entre tantos outros empecilhos) acabam impedindo e dificultando a garantia de direitos desses estudantes. Muitas vezes, pela falta dessas adaptações, esses alunos ficam sem nenhum tipo de serviço educacional, excluídos do sistema de ensino, sentados no fundo das salas, invisíveis, esquecidos e tratados

como seres incapazes de aprender ou socializar com os demais, sem direito a conviver e participar da sociedade.

O que precisa ser mudado na educação é a consciência das pessoas com relação a esse público específico. É preciso garantir políticas públicas eficientes que possam assegurar oportunidades para atender essa diversidade, oferecer modos e oportunidades igualitárias para maximizar a qualidade de vida dessas pessoas, compatíveis com suas limitações, incluindo-as no mercado de trabalho e na vida em sociedade.

A fim de superar essas desigualdades e incluir esse público invisível do sistema público de ensino, é preciso combater o preconceito e essa visão distorcida sobre a educação inclusiva no nosso Brasil. No papel, é algo simples, acessível e de fácil acesso às famílias na garantia do direito à educação. Porém, sabemos que não é algo simples de garantir. A briga com o sistema de ensino é constante, e a falta de profissionais, materiais, adaptações e a inclusão desses educandos no sistema educacional é algo travado, que não sai do papel pela falta de empenho dos nossos governantes, investimentos adequados e melhoria no sistema público de ensino. Esses são os maiores obstáculos que a Educação Inclusiva enfrenta e, infelizmente, os mais afetados são os que mais necessitam de ajuda. Sempre será o grupo mais vulnerável: aqueles que não têm conhecimento de seus direitos, pessoas historicamente separadas pela segregação, preconceito, rejeição da sociedade e esquecidas do mundo, como seres que não são capazes de aprender e lutar por seus direitos de igualdade.

2.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE): Contexto e Limitações

Embora muitas vezes as Políticas Públicas falem de uma Educação Inclusiva, voltada em educação de qualidade e equidade para todos, nem sempre essa igualdade de oportunidades realmente acontece, com a mesma intensidade e respeito a todos, proporcional à igualdade de condições e capacidades de cada um, promovendo assim uma igualdade de direitos e justiça social, englobando a todos que necessitam de um atendimento diferenciado. Porém, antes que isso aconteça, é necessário saber o conceito de Inclusão, que para a maioria das pessoas é apenas um atendimento igual para todos, promovendo um aprendizado onde não necessita de adaptações curriculares, onde todos interagem e aprendem da mesma maneira, com a mesma metodologia e condições de aprendizado. Todavia, não é esse o conceito ao qual buscamos trabalhar em sala de aula, e sim um sistema inclusivo a fim de entender a real necessidade dos alunos, para então contemplar a todos, entendendo suas reais condições nas quais estão inseridos dentro do sistema de ensino. Sua tarefa é trabalhar em torno das necessidades, respeitando seus limites, utilizando métodos de forma clara as reais demandas e promovendo o respeito, a dignidade e a justiça social.

Para que isso aconteça, é de fundamental importância o papel do professor como o centro de ensino, estimulando a participação, o envolvimento, valorizando o potencial dos seus alunos, instigando-os a aprender cada vez mais, levantando sua autoestima para que assim, sintam-se seguros e protagonistas das suas histórias, só assim vamos ter um trabalho eficaz e eficiente, garantindo um aprendizado de qualidade que tanto buscamos em nossas escolas. A falta desse cuidado e desse olhar diferenciado afeta a qualidade de ensino de toda uma educação, e com isso leva muitos estudantes à desistência nas escolas, aumentando o número de estudantes fora de sala de aula. Contudo, esses problemas causados em sala de aula a fim de se buscar um ensino de qualidade, englobando a todos sem distinção, foram criados em 2008 como parte da Política Pública Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o AEE, que visa garantir o direito à aprendizagem e acesso ao currículo para alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O AEE é um serviço da educação especial que busca oferecer suporte pedagógico e recursos para atender às necessidades específicas desses alunos, visando sua inclusão plena na escola regular. Ele funciona como um complemento para aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou suplemento, para aqueles com altas habilidades ou superdotação, implementando uma ferramenta de ensino no processo de escolarização, proporcionando um ambiente educacional mais adequado e promovendo o desenvolvimento integral do aluno.

Em resumo, foi em 2008 que esse atendimento foi implantado nas escolas, como parte de uma política mais ampla de inclusão educacional, com o objetivo de garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Um dos grandes desafios enfrentados pelos profissionais que atuam nas escolas de ensino básico com graduação em Pedagogia é trabalhar nas salas de AEE sem nenhuma formação específica ou preparo de ensino para lidar com as demandas dos estudantes, público-alvo da educação especial. A ausência de cursos de capacitação, especializações ou disciplinas específicas no curso de Pedagogia para essa área dificulta um maior entendimento de como trabalhar com esses estudantes, os quais não têm nenhuma experiência ou preparo para ensinar ou mudar sua metodologia de ensino para oferecer um melhor acompanhamento em sua prática pedagógica.

A formação dos professores ainda carece de uma abordagem mais aprofundada no que se refere às práticas inclusivas e ao atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência. (MANTOAN, 2006, p. 45).

É necessária uma formação continuada para os profissionais da educação, que não seja apenas a teoria, algo solto, e sim a real realidade das Escolas Públicas, englobando todas as necessidades e dificuldades enfrentadas pelos Professores e alunos, de nada adianta uma formação a qual fuja da realidade e vivência de todos, onde não considere as diferenças e diversidades do público específico. Muitas escolas falam de um sistema inclusivo e participativo, envolvendo todos os estudantes, porém esquecem de um enorme problema: implementar uma sala de recursos multifuncional não é colocar o nome numa sala de aula com mesas, cadeiras e um quadro e falar para a comunidade escolar que a escola dispõe de um trabalho diferenciado.

Esse Atendimento Educacional Especializado vai além do que previsto em muitas escolas, é necessário ter no seu Projeto Político Pedagógico a importância de sua implementação no sistema de ensino e sua permanência ativa, buscando um aprendizado igualitário que contemple todas as deficiências, dando um suporte técnico e uma infraestrutura nas escolas adequadas às condições dos alunos, como também equipamentos e materiais pedagógicos adaptados para maximizar o aprendizado dos alunos, já que em muitas escolas os Professores do AEE são muitas vezes vistos como professores auxiliares, babás ou tapa buraco, com baixos salários e uma categoria ainda não vista com o respeito que merecem.

Criar programas de formação, continuada na perspectiva de uma educação inclusiva, tem como fundamental importância, ampliar as ferramentas de ensino dos professores e com isso aumentar o número de matrículas na Educação Especial, visto que na rede de ensino das escolas públicas, a desistência de alunos é gigantesca, devido o despreparo dos Profissionais de ensino e as escolas sem infraestrutura adequada para acolher esses alunos, lembrando também da parceria entre o Professor do ensino regular e o Professor do AEE, para um melhor trabalho colaborativo, para que juntos possam superar as dificuldades e realizar um trabalho em conjunto, favorecendo a união de um trabalho pedagógico eficiente e significativo. Sobretudo, há de se considerar que o professor tem suma importância nesse processo de ensino/aprendizado, mas os alunos são os principais protagonistas do processo e precisam de respeito, empatia e valorização de suas aprendizagens.

3. AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Não é novidade que crianças com deficiência enfrentam sérias dificuldades em sua formação escolar, uma vez que muitas instituições de ensino não dispõem da infraestrutura adequada, tampouco de um currículo pedagógico que contemple as múltiplas deficiências e especificidades necessárias para garantir a essas crianças uma educação digna e equitativa, em

condições semelhantes às dos demais alunos considerados não deficientes - ou não atípicos.

As dificuldades vivenciadas nas escolas públicas brasileiras refletem, em grande medida, a carência de políticas educacionais efetivamente inclusivas, que contemplem a diversidade do alunado e proporcionem uma formação adequada por meio de profissionais especializados e preparados para lidar com essas demandas. Ainda em 2025, diversas reportagens e casos amplamente noticiados reiteram as denúncias históricas da educação especial quanto à ausência de um currículo adaptado às necessidades específicas desses estudantes.

Conforme matéria publicada pela Folha de São Paulo em 27 de maio de 2025, 91% dos alunos com deficiência encontram-se matriculados em turmas regulares. No entanto, apenas 6,2% dos docentes possuem formação compatível com as necessidades desses estudantes. A mesma reportagem aponta, ainda, situações de recusa de matrícula em virtude da ausência de profissionais habilitados, como cuidadores, intérpretes e professores especializados em educação inclusiva.

[...] Atualmente, apenas 42% da demanda por atendimento educacional especializado é efetivamente atendida pela rede de ensino, o que representa cerca de 2 milhões de matrículas – sendo 1,7 milhão na rede pública e 310 mil na rede privada –, de acordo com informações do diretor de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC), Alexandre Mapurunga. (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2025).

Dados divulgados pelo Jornal da Câmara dos Deputados corroboram o diagnóstico apresentado por especialistas na área da educação, ao denunciarem que 42% dos estudantes que dependem do atendimento educacional especializado não são contemplados por essa rede de apoio, evidenciando a grave ausência de suporte institucional nas escolas públicas brasileiras.

3.1 Barreiras Estruturais e de Acessibilidade

As barreiras estruturais e de acessibilidade representam um dos principais obstáculos para que a inclusão educacional aconteça de forma efetiva no ambiente escolar. Essas barreiras não se restringem apenas às limitações físicas do espaço escolar, mas envolvem também o apoio pedagógico e, principalmente, a postura dos próprios docentes diante da presença de crianças com deficiência em sala de aula. A acessibilidade vai muito além da aplicação de um currículo adaptado. Envolve, sobretudo, a forma como o educando é acolhido no ambiente escolar, a oferta de recursos de tecnologia assistiva, o suporte pedagógico contínuo e, acima de tudo, a compreensão de que esse estudante deve ser tratado com igualdade e respeito, assim como qualquer outra criança sem deficiência.

Em muitas instituições de ensino, como relatado em uma reportagem da BBC Brasil em maio de 2025, diversas mães e familiares relatam que, ao buscarem apoio pedagógico e

tratamento especializado para seus filhos, têm suas matrículas recusadas tão logo informam que a criança necessita de um olhar pedagógico diferenciado e de condições de aprendizagem adequadas.

Como afirma o trecho da obra *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* A inclusão: “não é um favor, mas um direito de todos.” Exige o rompimento com a lógica da homogeneização e da exclusão.” (p. 12). Nesse contexto, a educadora Maria Teresa Eglér Mantoan, uma das maiores referências brasileiras na área da educação inclusiva, defendeu contribuições extremamente relevantes para a causa, afirmando que a inclusão deve ser compreendida como um princípio de reorganização do sistema escolar, e não como o simples acréscimo de um aluno com deficiência à sala de aula comum.

Importante destacar que esse princípio está respaldado legalmente pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece que todas as escolas, públicas ou privadas, devem garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação dos estudantes com deficiência no ambiente escolar, com respeito às suas limitações e especificidades.

Contudo, na prática, a efetivação dessa legislação esbarra na falta de investimento público, no despreparo de profissionais da educação, na carência de formação técnica específica e na ausência de uma fiscalização rigorosa. Como consequência, observa-se o retrocesso no atendimento a estudantes que deveriam estar plenamente inseridos nas salas de aula do ensino comum, mas que continuam sendo excluídos do processo educacional e, por consequência, da própria sociedade.

A superação dessas barreiras exige um compromisso institucional e político com a inclusão escolar. A adaptação dos espaços físicos, a aquisição de materiais pedagógicos acessíveis e a formação continuada de gestores e professores são medidas indispensáveis para que as escolas se tornem, de fato, espaços inclusivos, preparados não apenas para receber, mas para acolher, educar e garantir a permanência de todos os educandos.

3.2 Formação e Capacitação Docente Insuficientes

A formação dos professores é um dos principais desafios para que a educação especial realmente ocorra. Apesar dos grandes avanços na legislação e nas políticas públicas, ainda se observa uma carência significativa de professores formados exclusivamente para lidar com a educação de alunos com deficiência, seja ela física, intelectual ou múltipla.

Embora o projeto da educação especial esteja previsto no papel e nas diretrizes educacionais, nas escolas públicas ainda falta efetivamente a presença de docentes especializados

no processo de inclusão de crianças nas salas de aula comuns. A maioria dos professores ainda se sente despreparada para lidar com a diversidade de necessidades educacionais específicas presentes em suas turmas.

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2023, oferecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), foram computadas 1.771.430 matrículas de estudantes da educação especial na rede pública de ensino. Contudo, grande parte dessas matrículas está concentrada no ensino fundamental (62,9%), seguido da educação infantil (16%) e do ensino médio, que contabilizou a menor porcentagem, com apenas 12,6% dos estudantes. Esses dados revelam uma lacuna em relação à formação dos professores: segundo o mesmo Censo, apenas 6% dos docentes da educação básica possuem formação específica para atuar com esses alunos, seja em sala de aula comum ou no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Como afirma José Pacheco, fundador da Escola da Ponte em Portugal: “O fracasso escolar não é do aluno, é do modelo escolar. A inclusão exige que reinventemos a escola.” Esse trecho sintetiza bem a necessidade de uma mudança profunda nas estruturas escolares. Quando lidamos com cursos de licenciatura que não oferecem uma formação inclusiva consistente, enfrentamos uma grave lacuna no sistema educacional.

Além disso, muitos dos cursos voltados à educação especial oferecem apenas disciplinas isoladas e superficiais, abordando poucas deficiências, sem aprofundamento teórico ou prático. Frequentemente, esse conteúdo aparece como um apêndice da formação pedagógica geral, sem oferecer formação prática nem estágios obrigatórios com alunos que apresentam necessidades educacionais específicas.

Diante disso, torna-se urgente investir em políticas públicas de formação continuada para professores, que ofereçam aos educadores ferramentas teóricas, metodológicas e humanas para promover, de fato, a inclusão. É necessário construir uma postura ética, empática e colaborativa, essencial para o acolhimento da diversidade dentro da sala de aula e para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva.

3.3 Carência de Recursos Humanos de Apoio

A efetivação da educação inclusiva nas escolas públicas, prevista de forma positivada pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), já citada anteriormente, garante o direito de todos os alunos ao ensino acessível e ao suporte necessário, considerando suas dificuldades e necessidades educacionais específicas. Contudo, um dos maiores desafios para a consolidação da educação especial inclusiva é justamente a carência de profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Falta nas escolas públicas a presença de professores especializados,

fonoaudiólogos, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais que poderiam colaborar para que a inclusão escolar realmente se concretize, tanto em sala de aula comum quanto nas atividades complementares.

3.3.1 Falta de Equipes Multidisciplinares.

De acordo com dados do Censo Escolar de 2023, realizado pelo INEP, grande parte das escolas da rede pública, especialmente as chamadas escolas de bairro, que atendem majoritariamente estudantes da comunidade local, carece de equipes multidisciplinares para dar suporte aos alunos com deficiência ou transtornos do desenvolvimento. Essa lacuna dificulta o atendimento adequado às necessidades específicas de muitos estudantes, comprometendo seu processo de aprendizagem e de socialização.

Outro fator que inviabiliza a verdadeira inclusão é a ausência ou o difícil acesso a intérpretes de Libras, bem como a outros mediadores, como guias-intérpretes. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida oficialmente como segunda língua no Brasil por meio da Lei nº 10.436/2002, e deveria estar presente nas instituições que atendem alunos surdos, surdocegos ou com deficiência auditiva severa. No entanto, a realidade escolar é marcada pela negligência nesse aspecto: segundo o Censo Escolar de 2023, apenas 25% das escolas públicas que atendem alunos surdos contam com intérpretes de Libras.

A ausência de recursos humanos especializados não compromete apenas o desempenho acadêmico desses estudantes, mas também prejudica o seu sentimento de pertencimento à comunidade escolar e, por consequência, à sociedade como um todo, que ainda se mostra despreparada para incluí-los de forma plena.

A própria Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforça que a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado no direito de todos os alunos à educação, à participação e à aprendizagem. Dessa forma, a presença de profissionais de apoio e especialistas é indispensável para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, que assegure igualdade de oportunidades, equidade e dignidade no processo educacional. O nosso papel como educadores é fornecer vários meios de envolvimento e engajamento de uma maneira pela qual os alunos são motivados e interessados em construir sua própria aprendizagem, para mantê-los desafiados e interessados em buscar seus próprios conhecimentos. Diversificar o ensino é uma das formas de se buscar uma responsabilidade à qual os estudantes são motivados a se comprometer com seu próprio aprendizado e, com isso, educadores e escola têm o papel de garantir esse direito, sem discriminação, frente à inclusão, diante das diferenças e desigualdades às quais esses educandos são inseridos. A escola precisa acolher e renovar a cada dia seu currículo, fazendo adaptações necessárias para poderem alcançar e produzir transformações segundo o princípio da igualdade de direitos. É necessário estar junto

ao aluno, possibilitando um ambiente acolhedor e solidário diante das diferenças e dificuldades que eles vêm sofrendo ao longo dos anos. Porém, antes mesmo de incluir, é necessário e importante pensar quais benefícios, avanços e transformações vão impactar a vida de cada estudante. Historicamente, a Educação Especial, vista por algumas pessoas, ainda é algo preocupante, onde, por muitas vezes, a sociedade os julga como incapazes, doentes ou anormais, impossíveis de aprender ou ensinar.

Com o passar dos anos, estudos e métodos têm mudado essa realidade, e podemos ver o avanço da medicina em diagnosticar transtornos e deficiências, ajudando os profissionais da saúde e educação no avanço de suas potencialidades e limitações. Cabe salientar que a Educação Especial necessita ser integrada ao sistema educacional para alcançar bons resultados e para que as pessoas comecem a acreditar na capacidade das pessoas com deficiências. É necessário a construção de uma sociedade inclusiva, que estabeleça um compromisso com esse público-alvo, que por muitas vezes é perseguido e discriminado. É fundamental incluir e fornecer oportunidades para que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades, onde se inicie na Educação Infantil e perpassa ao longo da vida, como garante a lei.

O princípio fundamental é a escola acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais e sociais, para participarem plenamente da vida em sociedade, como têm direito. E, por que não incluí-lo no mundo da leitura e no processo de escrita, se alguns desses educandos são capazes de ser introduzidos nesse universo? Todos têm direito fundamental à educação, a eles deve-se dar a oportunidade de adquirir novas aprendizagens, porém os profissionais de educação devem estar dispostos a ajudar e auxiliar nesse processo. Fazendo as adaptações necessárias em seu planejamento para ser possível alcançar esse conhecimento. Combater atitudes discriminatórias e criar oportunidades acolhedoras é construir uma sociedade mais justa, integrada a uma educação para todos, com direitos iguais para atender à diversidade da população com a qual estamos vivenciando. Nesse contexto, isso só será possível com um olhar diferenciado, enxergando seus interesses e necessidades. A escola precisa oferecer ferramentas necessárias para atender esse público-alvo, onde, por sua vez, poderá se efetivar integrando toda a sociedade, diante de completa participação. Isso requer um esforço comum, não só dos professores, mas de toda a comunidade escolar inserida, isso inclui família, amigos, comunidade e escola. É preciso um compromisso e a boa vontade em ajudar e participar desse processo de transformação, principalmente na escola pública, onde a falta de incentivos e boa vontade falta.

3.3.2 Consequências da Exclusão Escolar

Não podemos deixar essa responsabilidade unicamente aos professores e sim considerar

a educação especial como a superação de suas dificuldades, onde promove o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência. A pessoa não "é deficiente", ela tem uma deficiência a qual necessita ser trabalhada e ajudada para vencer esses obstáculos. Suas diferenças têm de ser valorizadas, respeitando as necessidades de cada um.

A Educação Especial assegura a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino, e para isso é necessária uma formação continuada dos professores para o atendimento educacional especializado e preparar a escola para receber esses alunos, fazer adaptações para que o educando sintam-se acolhido e respeitado dentro de suas limitações.

O aluno precisa ser enxergado como um ser único, que tem sua história de vida, para então buscar uma realidade de um cidadão atuante, pleno e de direitos, e isso só será possível de se alcançar se investirmos na educação e trouxermos esses alunos para um mundo onde muitas vezes são excluídos e vistos como desqualificados.

O objetivo central é trazer esses alunos para as salas de aula, buscar adaptações necessárias para o alcance de aprendizagens, onde muitos são capazes, mas por preguiça ou por ser cômodo é mais fácil fechar os olhos e deixar o tempo passar do que tentar entender suas limitações e trabalhar em cima dessas dificuldades.

Para podermos alcançar o sucesso, é preciso ter clareza sobre os direitos e necessidades especiais de cada um, tendo um instrumento didático atualizado e adaptado para garantir, valorizar e envolver todos nesse processo de ensino. Não devemos tirar o direito à apropriação do saber desses alunos, é fundamental assumir o seu papel, criando as condições necessárias para igualar as oportunidades e, com isso, é essencial programas de formação e qualificação desses profissionais.

A escola pode contribuir para o sucesso ou o fracasso desses alunos, daí a importância de um trabalho em conjunto com a sociedade e todos que fazem parte da vida escolar desses alunos. Concentrar-se em uma investigação ativa e sugerir modificações em sua metodologia de ensino é também uma das soluções para reduzir as diferenças e ampliar as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos, inclusive no mundo da leitura e no processo de alfabetização, dentro de suas especificidades. Valorizar as diferenças é a chave para solucionar os problemas apresentados, as diferenças sempre existiram, o que pode ser feito é mudar essa realidade, como ser reconhecidos e valorizados sem preconceitos, é necessária uma mudança de paradigma educacional e social.

As escolas e os profissionais de ensino precisam entender o processo educativo como um processo social, que seja um ensino voltado para todos sem discriminação e que estejam dispostos a fazer adaptações em seu currículo de ensino e um olhar sensível e diferenciado a esse público-alvo, pois a inclusão promove a diversidade.

As escolas e os profissionais de ensino precisam entender o processo educativo como um

processo social, que seja um ensino voltado para todos sem discriminação e que estejam dispostos a fazer adaptações em seu currículo de ensino e um olhar sensível e diferenciado a esse público-alvo. A ideia central é eliminar essas barreiras ou obstáculos, ou minimizar esses possíveis problemas de inclusão com a inserção desses educandos no mundo da leitura e escrita. É por meio da interação com o objeto de conhecimento que as crianças vão construindo hipóteses de forma progressiva. Crianças com deficiência também são capazes de aprender, assimilar conhecimentos e interagir com o meio dentro de suas limitações e possibilidades. São essas especificidades do processo

que não podem ser esquecidas. Não basta apenas o convívio, é necessário ter uma direção e uma sistematização por meio de uma reflexão. Tal compreensão enfatiza compreender o significado, facilitando e abrindo portas de oportunidades para essas pessoas com deficiência, as quais têm direitos de aprender como qualquer outra pessoa.

O educador precisa saber o momento certo para articular a vida escolar e o convívio em sociedade, fazer as intervenções adequadas para o aluno progredir. É uma fase de libertação, aquisição e não pode ser entendida como um recurso memorativo. É oferecer ao aluno a oportunidade de se expressar, dando a oportunidade do mesmo construir o seu próprio conhecimento, ter como objetivo situações para que a criança perceba o seu desenvolvimento e adquira consequentemente a sua autonomia, tornando-se na sua fase adulta um ser crítico e conhecedor de seus direitos.

É necessário criar qualquer coisa que a leve a pensar ou no despertar de alguma prática à qual, certamente, ela se motive a pensar e, consequentemente, dentro de suas limitações, e começando desde cedo, a poder refletir sobre as características dos diferentes modos de vida aos quais tem acesso.

O processo de ensino-aprendizagem deve ser organizado de modo que a sua vida acadêmica seja desenvolvida em uma linguagem real, natural, significativa e conforme o cotidiano da criança, porém sabemos que diante das dificuldades e diagnósticos, muitos não consigam alcançar esses objetivos, mas o caminho não é excluir esses educandos e sim acolher suas dificuldades e trabalhar em cima do que eles são capazes de aprender e assimilar.

Valorizar as diferenças é o melhor caminho para acontecer a transformação na vida dessas pessoas, e todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula de ensino regular. A primeira abordagem é eliminar obstáculos que limitam as aprendizagens e potencializar a participação ativa no processo educativo. Buscar adaptações curriculares para ser possível efetivar esse trabalho também é uma das soluções, garantindo o sucesso e a permanência de todos na escola e assim, ajudar as famílias a superar tantas desigualdades, e com isso criar laços de confiança, respeito e um trabalho mútuo entre a escola e família.

3.3.3 Participação da Família e da Comunidade Escolar

É de fundamental importância ter a família ao lado dos profissionais de educação, para podermos elaborar projetos e atividades de intervenção para nos auxiliar nesse trabalho de grande valia, para que assim o processo de ensino e aprendizagem aconteça, dentro do seu tempo e das especificidades de cada estudante.

Vale ressaltar a igualdade de oportunidades que todos têm direito, já que há muitos anos atrás foram impedidos de frequentar as escolas e foram julgados incapazes de aprender, socializar, interagir, brincar e conviver com os demais. Isso porque a sociedade excluía, julgava e negava seus direitos já garantidos em nossa constituição, que deixa claro o direito à educação a todos, sem distinção.

Cabe a nós, profissionais de educação, mudar essa realidade e fazer a diferença na vida dessas pessoas e oferecer o que for preciso para efetivar uma educação de qualidade, igualdade e direitos. As práticas de fornecer conhecimento e igualdade de direitos são a porta de possibilidades na Educação Especial.

É uma forma de igualar, garantindo que todos, independentemente de suas diferenças e necessidades, tenham acesso e direitos a uma educação de qualidade, ampliando conhecimentos e abrindo novas oportunidades na vida e no acesso ao mercado de trabalho. E se tornem proficientes na vida adulta, para poderem resolver demandas na vida cotidiana e garantir conhecimentos sobre seus direitos e deveres, o objetivo aqui é analisar na vida dessas pessoas, seus avanços.

Não podemos restringir esse acesso ao aprendizado, com pensamentos arcaicos, deixando de lado esse público que, por muitas vezes, é excluído da sociedade, a qual faz questão de rotular como incapazes ou impossibilitados de aprender, por conta de suas dificuldades e limitações.

A proposta aqui é se basear na adaptação curricular, fazendo alterações no programa de ensino, no PPP da escola, na sala de aula, nas dependências da escola, buscando um lugar confortável, acolhedor, transformador, capaz de inseri-lo e manter esse aluno na escola, aumentando a sua autoestima e aumentando a confiança dessas famílias no processo de ensino e aprendizado.

Infelizmente, a sociedade não foi educada a aceitar as diferenças e respeitar o outro dentro de suas limitações, anseios e desejos. Os ambientes também não estão preparados para receber esses estudantes, isso vai exigir um grande esforço e um enorme investimento dos nossos governantes, cujas verbas não existem ou foram desviadas para outros fins. Com isso, precisamos trabalhar em equipe junto com seus familiares, de modo a se buscar melhorias na qualidade do ensino, para ser possível fazer adequações desses espaços e criar formas diversas de ensino.

O professor precisa de tempo e espaço para adequar suas práticas pedagógicas, adaptando suas atividades à realidade dos seus alunos, pois todos são capazes de aprender, mas para isso é

necessário empenho, dedicação, paciência e preparo, sem ele o trabalho não acontece e com isso vem a frustração do educando e do educador em não solucionar o problema.

O sentimento de fracasso fica nítido quando não conseguimos alcançar um propósito ao qual tanto desejamos e isso acontece com nossos alunos. Em alguns momentos, a tristeza toma conta, o desespero das famílias aumenta, o despreparo de alguns profissionais frustra, e o ensino não acontece.

O despreparo de alguns professores geralmente é preguiça, medo, falta de investimentos em estudos ou apenas o sentimento de não querer fazer nada e deixar tudo como está, porque é mais fácil, não fazer nada do que se esforçar para fazer a transformação. Daí é possível ter uma ideia de como a Educação Especial é desafiadora, e se falando em trabalhar no ensino público, para fazer a transformação, se torna um enorme desafio, mas isso não pode ser motivo para deixar de lado.

Sabemos o quanto a escola é marcada pelo fracasso e pela evasão escolar, pelo insucesso da educação brasileira, com isso precisamos mudar essa realidade. Incluir esses estudantes é o caminho, fornecer meios, abrir possibilidades, deixá-los ir além, construir seu projeto de vida, torná-los protagonistas de suas histórias, e isso só será possível se for apresentada uma educação transformadora. Repensar sua postura como profissional em sala de aula é escolher bem seus materiais didáticos, os conteúdos que serão repassados, suas metodologias de ensino, conhecer as limitações, suas vivências, sua história de vida, também será de grande valia na formação desses estudantes.

Todos são capazes, mas para isso é preciso avaliar sua postura em sala de aula, para que não aconteçam erros, pois as consequências na vida desses alunos podem ser devastadoras. É preciso ouvir, valorizar suas conquistas e trabalhar em cima de suas dificuldades, de modo a superá-las, abrir novos caminhos e assumir o papel de transformação na vida de cada um. Com isso, devemos trabalhar com esses estudantes, trazendo-os para a sala de aula, oferecendo jogos, adaptações nas atividades, elaboração de projetos que visem integrar esses alunos no processo de ensino. Não é algo fácil, mas não inalcançável, é necessária a profissionalização, a valorização em um processo contínuo, que favoreça a sua qualidade de vida.

Um sistema educacional falho e com diversos problemas deixa qualquer aluno desmotivado a aprender, independentemente de sua classe social ou de dificuldades relacionadas a transtornos de aprendizagem ou deficiências relacionadas à sua condição física. A resistência em aceitar e incluir alunos da Educação especial não parte somente da escola, vem também de suas famílias, dificultando a criação de um ambiente hostil e acolhedor, para facilitar a vida escolar dos nossos alunos e se torna um grande desafio, pois a parceria entre escola e família é algo fundamental no processo de ensino, principalmente em alunos com deficiência.

É necessário que a educação assuma um compromisso legal com a educação inclusiva e

não somente incluir o ensino quando se achar oportuno, com modelos pedagógicos padronizados. Cada vez mais, podemos observar que o número de matrículas na Educação Especial, principalmente na rede pública de ensino, vem aumentando e, com isso, os investimentos na rede de ensino precisam ser repassados e incluir o ensino voltado a todos, para que todos se igualem para as suas diferenças.

Romper com o ensino tradicional, que separa os alunos ditos “normais” dos especiais, tem que ser o combustível central para a mudança desse paradigma, onde o professor precisa assumir uma postura, onde possam reinventar profissionais atuantes no processo de ensino, reinventado e adaptado às reais necessidades de seus alunos, a fim de se comprometer com uma educação de qualidade, que prioriza um ensino, onde os educandos encontrem caminhos para construir e atuar na vida acadêmica. Escola e família precisam atuar de forma colaborativa, para se buscar maneiras de ingressar esses alunos no ensino regular e assim tornar-se a base de sustentação, para incentivar e estimular os alunos.

Podemos observar que no Ensino Público a falta de acessibilidade na estrutura física de muitas escolas é um agravante que chama a atenção de muitos pais e educadores, como também a produção e distribuição de material didático e tecnológico adaptado é um grande problema no processo de ensino. A ausência de conteúdos voltados para o aperfeiçoamento e capacitação de nossos profissionais se torna algo preocupante na busca de um ensino de qualidade, dificultando cada vez mais o trabalho dos profissionais da educação.

Diante de tantas dificuldades que o sistema público de ensino enfrenta na Educação Especial, esta modalidade ainda é vista como um empecilho para as mudanças acontecerem. Políticas públicas de qualidade e atuantes em nossa sociedade vêm buscando melhorias no ensino, ainda de forma bem lenta.

Entretanto, os profissionais envolvidos no processo não têm capacitação, materiais disponíveis, salas de recurso multifuncional, para transformar a vida de nossos educandos, com isso gerando a desistência e desinteresse de muitos alunos da rede pública de ensino. Falta de diversos fatores faz com que os alunos sintam-se desmotivados e invisíveis em nossa sociedade e, por falta de um sistema de ensino de qualidade que supra essas lacunas, a educação vai ficando em segundo plano, impedindo o desenvolvimento e a qualidade de ensino em nosso país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa nos permitiu refletir sobre os principais desafios enfrentados pelas escolas públicas brasileiras no processo de implementação da educação especial e de sua efetiva atuação dentro das salas de aula. Foi possível destacar a distância existente entre o que está garantido no papel, por meio das legislações e diretrizes, e a realidade vivenciada nas escolas públicas, que muitas vezes não conseguem aplicar, em seus currículos pedagógicos, uma proposta inclusiva condizente com as necessidades dos alunos.

Essa distância é agravada pela escassez de professores devidamente formados para lidar com estudantes com algum tipo de necessidade educacional específica. Embora a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) assegurem o direito de todos à educação sem barreiras, os obstáculos relacionados à formação docente, à estrutura física escolar e à ausência de recursos humanos especializados continuam comprometendo o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência ou com transtornos do desenvolvimento.

Observa-se que muitos professores da rede pública ainda não possuem a formação adequada para lidar com a diversidade presente nas salas de aula comuns, o que reforça, como discutido ao longo deste trabalho, a urgência da formulação e execução de políticas públicas voltadas à formação inicial e continuada dos docentes. Além disso, a ausência de apoio pedagógico qualificado, como psicopedagogos, terapeutas, fonoaudiólogos, cuidadores, intérpretes de Libras e profissionais de apoio, evidencia a fragilidade do sistema educacional no que diz respeito à efetivação da educação inclusiva.

Os principais teóricos da pedagogia inclusiva (entre eles Mantoan, Hoffmann e Rodrigues, citados neste trabalho) apontam que a inclusão vai muito além de colocar o aluno com deficiência em uma sala regular. A verdadeira inclusão exige apoio pedagógico, ética profissional, empatia e comprometimento do professor, que deve respeitar o tempo e o processo de aprendizagem de cada estudante, reconhecendo-o como sujeito de direitos, com potencial para aprender e se desenvolver.

Diante desse cenário, este trabalho reforça a necessidade de investimento contínuo em infraestrutura, formação e equipes multidisciplinares, assim como o fortalecimento de uma cultura escolar acolhedora, democrática e inclusiva. Apenas por meio de um comprometimento coletivo, envolvendo todos os agentes educacionais e a comunidade, será possível construir uma escola pública que respeite as diferenças e promova a equidade, garantindo de fato o direito à educação para todos, conforme assegura a legislação brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo Escolar da Educação Básica 2023: Notas Estatísticas*. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 06 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015. Acesso em: 06 jul. 2025.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. *Conferência Mundial de Educação Especial: acesso e qualidade*. Salamanca: UNESCO/MEC, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427_por. Acesso em: 29 jun. 2025.

FERRARI, Fernanda Aparecida Augusto; **DUGOIS**, Rosana Cristina Miranda; **SCHLÜNZEN**, Elisa Tomoe Moriya. Educação inclusiva: desafios e dificuldades no cotidiano da escola comum. *Dialogia* [S. l.], n. 41, p. e21981, 2022. DOI: 10.5585/41.2022.21981. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/21981>. Acesso em: 23 jun. 2025.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila. Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos? 2012. 50 f. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial: Deficiência Mental e Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem) – Departamento de Pedagogia, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, RS, 2012. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br/items/11d48667-ac81-40e6-96d8-44316>. Acesso em: 28 jun. 2025.

HOFFMANN, Jussara. *O jogo da exclusão: um olhar sobre a avaliação na educação inclusiva*. Porto Alegre: Mediação, 2003. Acesso em: 06 jul. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003. Acesso em: 06 jul. 2025.

MICHELS, Maria Helena; **GARCIA**, Rosalba Maria Cardoso. Sistema educacional inclusivo: conceito e implicações na política educacional brasileira. *Cadernos Cedes*, v. 34, n. 93, p. 157–173, maio 2014. DOI: 10.1590/S0101-32622014000200002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/vBgsXDyDMqnCVS5BQZRhmpD/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

RODRIGUES, David. *Educação inclusiva: um paradigma para o século XXI*. Porto: Asa, 2006.
Acesso em: 06 jul. 2025.